

“Centrão” perde novamente e decisão só sairá na terça

* 6 MAI 1988

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A Assembleia Nacional Constituinte abriu ontem o maior “buraco negro” — referente a um capítulo inteiro — já verificado desde o início de seus trabalhos em plenário.

Por 237 votos favoráveis a 225 contrários e 37 abstenções os constituintes rejeitaram pelo segundo dia consecutivo o substitutivo do “Centrão” referente ao capítulo da Reforma Agrária. Assim como na votação de quarta-feira, o substitutivo não alcançou os 280 votos necessários para servir de texto-base às votações do capítulo.

Com a rejeição definitiva do projeto do grupo conservador foi posto em votação o projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, conforme determina a norma do Regimento Interno da Constituinte. Este também não alcançou os 280 votos, tendo sido aprovado por 139 constituintes e rejeitado por 365, com 27 abstenções.

Rejeitados os dois textos,

determina o Regimento Interno que se abra prazo de até 48 horas para que o relator Bernardo Cabral ou a maioria absoluta dos constituintes apresentem uma proposta alternativa. Dessa forma, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, marcou para terça-feira a sessão que apreciará esse novo texto. O prazo para a entrega da proposta se encerra às 21 horas de sábado. No domingo ela será distribuída aos constituintes, que terão das 8 às 24 horas de segunda-feira para apresentar destaques ao texto, para serem apreciados em plenário. Esses destaques devem ter a assinatura de 187 constituintes.

O adiamento da votação foi bem recebido pelos partidos de esquerda e pela liderança do PMDB, pois foi visto como a única forma de se fechar um acordo sobre a questão que há dias emperra a votação do capítulo: a desapropriação da propriedade produtiva.

Após a rejeição do texto do “Centrão”, na quarta-

feira, as lideranças de todos os partidos voltaram a se reunir ontem. O impasse estava entre a posição mais conservadora das lideranças do PFL e PL que integram o “Centrão” e que não admitiam em nenhuma hipótese a desapropriação da propriedade produtiva e aquela defendida pelos partidos de esquerda e a liderança do PMDB que igualmente vedava a desapropriação, salvo se a propriedade produtiva não cumprisse com sua função social.

Durante toda a tarde surgiram de ambos os lados várias propostas que, embora com redação diferente, mantinham na essência a divergência.

A ala mais radical do “Centrão”, ligada aos produtores rurais, levou para a reunião das lideranças um texto que tornava insuscetível de desapropriação a propriedade produtiva, e concedia um prazo, a ser definido em lei, para aquelas que não estivessem cumprindo sua função social o fizessem, respeita-

das as circunstâncias que independessem do proprietário.

A idéia não foi aceita com base no argumento de que passado esse prazo, sem que houvesse o cumprimento da função social, não haveria possibilidade de se desapropriar a propriedade.

Foi feita uma contraproposta na qual a lei garantiria um tratamento especial à propriedade produtiva, fixando normas para satisfação das exigências relativas à função social, sob pena de torná-la passível de desapropriação.

Esse texto foi aceito por todas as lideranças, exceto pelas do PFL e PL. Sem acordo, os constituintes foram para o confronto em plenário. O líder do PFL, José Lourenço, um que mais resistiu ao acordo, não conseguiu unir todo o grupo, dado que o senador Jarbas Passarinho e o deputado Delfim Netto, que exercem grande influência sobre o “Centrão”, se manifestaram favoravelmente ao acordo.

A necessidade de um acordo

por Ivanir José Bortol de Brasília

Prevaleceu ontem na votação do projeto de reforma agrária a idéia de que o novo texto constitucional precisa ser aprovado com o apoio da ampla maioria dos parlamentares para garantir a sua aplicabilidade pelo Poder Executivo.

“O que desejamos é através da Constituição viabilizar a reforma agrária protegendo a propriedade produtiva”, disse o deputado Euclides Scalco, do Paraná, vice-líder do PMDB, um dos defensores do acordo entre o “Centrão” e as demais correntes políticas articuladas.

Essa busca de compatibilização da necessidade de levar adiante a reforma agrária no País, estimulando a produção no campo através de um texto constitucional respaldado por todas as correntes despertou “a consciência da importância do acordo”, disse o deputado Nilson Sguarezzi

(PMDB-PR). Na sua opinião a busca de entendimento em torno de um projeto comum só não foi possível devido à intransigência das lideranças do PFL.

O resultado da votação em plenário, quando pela segunda vez a proposta do “Centrão”, defendida de forma intransigente pela União Democrática Ruralista (UDR), acompanhada da Sociedade Rural Brasileira (SRB), sofreu mais uma derrota.

Mantendo os compromissos assumidos no dia anterior, quando os senadores José Richa e Mário Covas, do PMDB, defenderam o entendimento, foi rejeitada a proposta da Comissão de Sistematização.

“Não é difícil chegar ao buraco negro”, dizia no início da tarde o senador José Lins. Foi a alternativa encontrada para passar por cima da intransigência da UDR e do líder do PFL, José Lourenço da Silva.

“A proposta deles eu não

aceito”, dizia Lourenço, ao responder ao apelo feito pelo presidente do PDS, Jarbas Passarinho, para que subscrisse o documento.

As lideranças de todos os partidos, menos PFL e PL, haviam chegado a um entendimento sobre a propriedade produtiva. Esta não poderia ser desapropriada. A lei garantiria tratamento especial, fixando normas para satisfação das exigências relativas a sua função social. Na hipótese de não estarem sendo cumpridas, o imóvel poderia ser desapropriado, se não atendesse às exigências dentro de determinado prazo.

O acordo nesses termos poderia ser votado, segundo o senador José Fogaça (PMDB/RS). Politicamente seria inaconselhável, uma vez que deixaria de fora um importante segmento da produção. Essa preocupação, objeto de avaliação de muitos parlamentares, tinha sua justificativa. Na sala ao lado da “mesa

de negociação”, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, dava seu recado ameaçador: “Se isso for aprovado, vamos para as ruas e mostraremos quem somos nós”.

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues, externava o mesmo pensamento do senador José Richa. “O plenário deu seu recado. Agora, só com um acordo”, disse ele.

Do contrário — se não houver entendimento — a Constituição ficaria sem o Capítulo da Reforma Agrária, prevalecendo, assim, a atual legislação prevista no Estatuto da Terra.

A UDR, no entanto, saiu da Constituinte disposta a elaborar uma emenda à Constituição defendendo suas idéias, que, na opinião de José Richa, dificilmente deverá ser aprovada, uma vez que teria de conseguir os 280 votos que não obteve até ontem para aprovar o projeto do “Centrão”.

Dificuldades em cumprir a meta

por Cristina Iglecio de São Paulo

A meta do governo José Sarney para a reforma agrária no País já foi revista uma vez, mas, provavelmente, passará por novas revisões. No último dia 15, o presidente da República, em seu programa semanal “Conversa ao pé do rádio”, anunciou que, desde que assumiu a Presidência, já assentou 85 mil famílias em 3,4 milhões de hectares de terras desapropriadas.

Até 1991, segundo o Programa de Ação Governamental (PAG), divulgado

em setembro do ano passado, o governo pretende assentar 1 milhão de famílias em 30 milhões de hectares de terra. Isso significa que, até agora, em três anos de governo Sarney, menos de 10% da meta foi cumprida.

O Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (Mirad) tem 44 meses para desapropriar 26,6 milhões de hectares de terra, o que resulta numa média de 604,5 mil hectares por mês, até dezembro de 1991. Isso quer dizer que, a cada período de seis meses, o governo precisaria desapropriar o total de terras

desapropriadas desde que Sarney assumiu a Presidência.

O PAG já alterou os números do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Essa redução da meta do Mirad foi resultado da constatação de que as primeiras intenções do governo Sarney, contidas no PNRA, eram exageradas.

O objetivo, neste ano, é assentar 200 mil famílias, segundo reafirmou Sarney

em sua “Conversa ao pé do rádio”. Essa meta corresponde a mais do que o dobro do total de trabalhadores rurais assentados desde o início deste governo.

O Mirad justifica o não cumprimento de suas previsões alegando que até o ano passado o governo praticamente dedicou-se à elaboração de planos de desapropriação de terras. De qualquer forma, segundo prevê o PAG, o governo teria de assentar mais 915 mil famílias de sem-terra até 1991.

Empresários pedem apoio

por Elaine Lerner de Brasília

Representantes do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) estiveram, ontem, com os ministros chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys e do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, buscando o apoio do Palácio do Planalto na luta contra a jornada de trabalho de seis horas para turnos ininterruptos de revezamento, já aprovado pela Constituinte. O presidente do grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johampeter, disse que o objetivo do grupo foi o de demonstrar ao governo “a importância do assunto”, uma vez que o regime de revezamento causará um acréscimo de custos da ordem de 25%.

Destacou, também, a possibilidade de perda de produtividade em setores estratégicos da economia, como celulose, alumínio e petroquímica que trabalham em sistema de turno corrido de oito horas. Citando um estudo do IBS dis-

se que o turno de oito horas é adotado normalmente na Argentina, Alemanha, França, Japão, Estados Unidos, Espanha, Inglaterra, Bélgica e Itália para uma jornada semanal de 42 horas. “A nova Constituição fixou a jornada semanal em 44 horas, criando uma disparidade para os trabalhadores de seis horas que ficariam com uma jornada de 33 horas e 36 minutos”, relatou Gerdau.

Para ele, as alterações são desvantajosas até mesmo para os trabalhadores, que não terão mais direito ao intervalo de 30 minutos para refeição e trabalharão mais dias durante o ano. Pelo atual sistema de oito horas, a cada seis dias de trabalho há dois de descanso, num total anual de 84 dias, excluindo-se as férias. Com as seis horas, o trabalhador trabalhará menos horas diárias mas 17 dias a mais durante o ano, porque a cada seis dias será alternadamente dois e um dia de descanso, num total de 67 dias no ano.